

A Importância Estratégica do Vale do Sousa na “Reconquista” Propostas para uma nova leitura das fontes documentais e dos dados arqueológicos

António Lima*

Resumo

A análise do protagonismo do Vale do Sousa no processo da “*Reconquista Cristã*”, se feita exclusivamente à luz da leitura das escassas fontes documentais disponíveis, remete invariavelmente para a célebre referência dos anais monásticos do século XII à conquista do castelo de Aguiar de Sousa por Almansor, em 995, para a qual, do nosso ponto de vista, ainda não se encontrou até agora explicação plausível. Por isso, centramos a análise deste tema no cruzamento dos dados documentais com os de índole arqueológica. Essa análise cruzada não só permitiu questionar o sentido e a verosimilhança da documentação, como permitiu também enquadrar noutras perspectivas o verdadeiro protagonismo das fortificações do Vale do Sousa na defesa do território entre os séculos IX e XI.

Abstract

The analysis of the leading figure of Vale do Sousa in the process of the Christian “*Reconquista*”, if exclusively done at the light of the few documental sources available, will invariably lead to the well know reference of the monastic chronicles of the XII century related to the conquest of the castle of Aguiar de Sousa by Almansor in 995, for which, from our point of view, there hasn’t been any plausible explanation. For that reason, we centred the analysis of this topic in the crossing of the documental data with the ones of archaeological nature. This cross analysis has not only allowed to question the meaning and the similarity of the documentation but also to frame in other perspectives the true leading figure of the fortresses in Vale do Sousa in the defence of the territory between the centuries IX and XI.

* Arqueólogo. Direcção Regional de Cultura do Norte

1. Introdução

A julgar pela informação que nos é facultada pela documentação disponível, a região do vale do Sousa terá tido um papel fundamental em dois momentos - chave do processo de “Reconquista”:

- Em primeiro lugar, é das regiões onde melhor e mais cedo se documenta o processo de “encastelamento”, que nesta região aparece associado ao incremento do movimento de presúrias que, no último terço do século IX, levou ao rápido avanço da linha de fronteira do Minho para o Douro e logo depois do Douro para o Mondego;
- Em segundo lugar, dando crédito ao que nos é transmitido pelos anais monásticos do século XII, terá jogado um papel determinante no teatro das operações militares que, nos finais do século X, trouxeram de novo a linha de fronteira para o Douro (pelo menos além - Montemuro), ora sendo alvo de acções específicas de guerra no quadro das temíveis campanhas de Almansor, ora servindo de refúgio para quem delas fugia.

O período que medeia entre estes dois momentos, simbolicamente balizado entre a ascensão ao trono de Afonso III (866) e a morte de Almansor (1002), constitui uma época que, para o território actualmente português, mas em especial para o vale do Sousa, ainda carece de dados arqueológicos que nos permitam compreender, complementar e, se for caso disso, questionar as também escassas fontes documentais disponíveis.

Este problema, no que diz respeito ao Vale do Sousa, não é de menor importância, já que a informação disponível, apesar de escassa, deixa perceber que esta região terá assumido então, a vários níveis, uma importância estratégica ímpar na sua história.

Vejam os pois em que medida uma nova leitura das fontes documentais e a sua análise conjunta com os dados arqueológicos disponíveis permite (ou não) reequacionar o papel desta região no quadro dos acontecimentos históricos ocorridos nos últimos anos do primeiro milénio.

2. A integração do vale do Sousa no território de *Anegia* (Séculos IX – X)

Nos escassos dez anos que medeiam entre as presúrias do Porto (868) e de Coimbra (878), assistimos a uma profunda reorganização administrativa e

militar do vasto espaço então reintegrado no domínio cristão: com vista à criação de condições de segurança que permitissem a fixação de populações, a monarquia asturiana privilegia a ocupação de pontos estratégicos onde se criam ou reconstróem fortalezas, as *civitates*, e aí se estabelecem os *comites*, seus delegados, com poderes sobre vastos territórios.

Se há algum território onde este processo ficou bem patente na documentação que até nós chegou, é aquele onde viria a ser integrada grande parte do vale do rio Sousa: o *territorio Anegia* (Lima, 1993 e 1999).

Certamente criado logo nos primeiros anos do reinado de Afonso III, o *territorio Anegia* tinha a sua sede na *civitas* do mesmo nome, localizada na actual freguesia de Eja (Penafiel). Aparece-nos pela primeira vez referido explicitamente num diploma datado de 875, data que se aproxima muito, não só das presúrias de Porto e Coimbra, mas também dos primeiros sinais de alguma dinâmica populacional e económica no espaço hoje ocupado pelos actuais concelhos de Cinfães (870 e 874), Penafiel (875), Marco de Canaveses (882), Castelo de Paiva e Arouca (883), cujas áreas foram então integradas naquele território.

O *territorio Anegia* ocupava uma extensa área correspondente a um corredor natural, de orientação NW – SE, delimitado, a Leste pelas serras do Marão (*mons Maraonis*) e Montemuro (primeiro *mons Geronzo*, mais tarde *mons Muro*), a sul pelo maciço da Serra da Freita (*mons Fuste*) e a poente pela *Serra Sicca*.

Esta *Serra Sicca* é a designação medieval de uma cumeada que integra, na margem Sul do Douro, as serras de Santo Adrião e São Domingos. Ignorando o Douro, esta linha de alturas prolonga-se na margem Norte daquele rio, pelas serras de Banjas, Flores/Santa Iria e Pias/Santa Justa.

Apesar de se tratar de uma zona de solos pouco férteis e, por isso, desde sempre pouco povoada, o facto de constituir um limite natural para o território de *Anegia* e de o separar dos de *Portucale* (na margem Norte) e Santa Maria (na margem Sul) ter-lhe-á conferido alguma importância estratégica, nomeadamente ao nível das preocupações defensivas.

Só assim se justifica que viessem a ser fortificados os três pontos fracos desta barreira natural, isto é, os pontos onde esta linha de alturas é rasgada pelos rios Douro, Sousa e Ferreira. Sobre o rio Douro, o *monte do Castelo* em Broalhos e o *Alto do Castelo* em Medas

(Gondomar); sobre o rio Sousa, o *Castelo de Aguiar* (Paredes); e sobre o rio Ferreira, o *Alto do Castelo*, em Campo (Valongo).

No entanto, embora possa fazer algum sentido que estas fortificações remontem a este primeiro momento do processo de “encastelamento”, a verdade é que não temos provas arqueológicas de tal facto.

Tão pouco podemos fazer corresponder a qualquer delas alguma das referências documentais a fortificações incluídas no território da *civitas Anegia*.

Entre as mais antigas estruturas castelares do vale do Sousa que ficaram registadas nos diplomas da época, destaca-se, na margem direita, a fortificação do *mons Bendoma* (Vandoma, Paredes – cfr. Almeida, 1980) que nos aparece referida na documentação entre 985 (PMH, DC 146) e os finais do século XII (LTPS 59). Este castelo estava certamente ligado ao mosteiro de Cete, cuja fundação terá ocorrido provavelmente antes de 924. Aparecem-lhe subordinadas, nos poucos diplomas que sobreviveram até aos dias de hoje, propriedades situadas nas freguesias de Rebordosa, Sobrosa, Besteiros, Bitarães, Parada Todeia, Cete, Mouriz, Vilela, Gandra, Vila Cova de Carros e Louredo, todas do actual concelho de Paredes.

A partir de meados do século XI (PMH, DC 373, de 1049), surgem abundantes referências ao *mons Calvelo* ou *Kalvelo*, dominando toda a zona entre o Sousa e o Mezio, em terras dos actuais concelhos de Paredes e de Lousada, até cessarem as referências a este monte já em finais do século XII (MA 157, de 1193).

Só em pleno século XII, em contexto completamente diferente, e talvez já sem qualquer conotação defensiva, surgem referências a outros montes nesta margem do Sousa: *Raselo*, na zona de Mouriz (Paredes), e *Soveroso* ou *Severoso* na zona de Louredo/Cristelo (idem).

A documentação disponível sobre a margem esquerda do Sousa é bem mais abundante, o que resulta certamente da preservação do traslado de um significativo conjunto de diplomas do cartório do Mosteiro de Paço de Sousa.

Para além do *mons Petroselo*, referido a propósito da presúria de Lardosa (Rans, Penafiel) por dois moçárabes em 882 (PMH, DC 9), destaca-se o *mons Ordinis* (Ordins, Penafiel), ligado ao mosteiro de Paço de Sousa e referido pela primeira vez em 994. A ligação entre o castelo do monte Ordins e este importante cenóbio, cuja fundação

datará provavelmente de 956, faz com que esta estrutura defensiva seja a que mais vezes aparece citada na documentação, associada a propriedades situadas nas freguesias de Paço de Sousa, Galegos, Valpedre, Oldrões, Lagares, Sobreira, Pinheiro, Figueira e Capela, todas do actual concelho de Penafiel.

Até meados do século XI, surgem ainda referências ao *alpe Morsdoma*, na zona de Guilhufe (PMH, DC 370, de 1048), e ao *castro Azarias* (PMH, DC 420, de 1059) este último ligado a propriedades nos vales do Sousa e Tâmega, e ainda com a particularidade de estar associado a *Pratuantille* (Pedrantil), um dos poucos lugares do concelho de Penafiel que surgem referidos na documentação anterior ao ano mil, onde o achado de um candil califal datável de cerca de 930 carece, infelizmente, de mais pormenores sobre o seu contexto original (Barroca e Santos, 2006).

Como vimos, até meados do século XI não possuímos qualquer prova, arqueológica ou documental, da existência dos dois castelos que a partir de então viriam a assumir um papel determinante na organização e defesa do vale do Sousa: os castelos de Aguiar de Sousa e de Penafiel de Canas. Excepção feita a uma aparentemente insólita – e até hoje inexplicada – referência mais tardia (século XII) à conquista, em 995, do castelo de Aguiar de Sousa pelas forças de Almansor. Excepção esta que iremos questionar na quarta e última parte desta breve exposição.

3. A desagregação do território Anegia e a nova organização administrativa e militar do vale do Sousa (Século XI)

Não nos deteremos muito na explicação do processo que levou à desagregação do vasto território de Anégia numa série de terras, cada uma capitaneada pelo seu castelo. Remetemos o leitor para outras obras onde a questão foi já suficientemente esclarecida (Lima 1999, onde se recolhe a bibliografia anterior). No entanto, importa neste contexto realçar alguns dos principais vectores desse processo.

Não referindo indícios vários seguramente anteriores, a partir dos anos 40 do século XI são evidentes os sinais de desagregação do vasto território que tinha por fortaleza central a *civitas Anegia*. Entre esses sinais, destacamos as primeiras referências aos castelos que viriam a capitanear as novas circunscrições administra-

tivas e militares a que os diplomas chamam “terras”. E o primeiro a surgir é precisamente no vale do Sousa: trata-se do castelo de Penafiel de Canas, que é objecto de um diploma datado de 1047 (PMH, DC 357).

Certo é que as campanhas de Fernando o Magno, na década de 50 do século XI, ao afastarem de novo – e desta vez definitivamente – a linha de fronteira para o Mondego, impulsionaram de forma decisiva esta reestruturação do território e, na década de 60, o essencial da nova divisão administrativa e militar deste vasto território está já definido.

Anegia perde o seu estatuto de fortaleza central e o seu vasto território surge então dividido em circunscrições de extensão bem mais modesta, antecessoras dos actuais concelhos: em 1054, surge pela primeira vez uma referência explícita a uma nova unidade administrativa dentro da área outrora ocupada por *Anegia*: trata-se da terra de Arouca (PMH, DC 392). A partir de então sucedem-se as referências às restantes terras: na margem Norte do Douro, Aguiar de Sousa ocupa o espaço entre os rios Ferreira e Sousa; Penafiel de Canas, entre o Sousa e o Tâmega; Benviver entre Douro e Tâmega; e Baião a oeste do rio de Galinhas. A Sul do Douro surgem a já referida terra de Arouca e a de Paiva, entre o Arda e o rio que lhe deu o nome. Ainda dentro da área do antigo *territorio Anegia* – o qual, se a nossa opinião estiver correcta, se estenderia até às alturas de Montemuro (o que é o mesmo que dizer, até ao rio Bestança) - viriam a surgir, um pouco mais tarde, mas ainda dentro do século XI, as terras de Sanfins e São Salvador (Lima, 1999:402-403).

Não deixa de ser significativo que no vale do Bestança e a montante deste rio – isto é, na área das terras de Tendais, Ferreiros, Aregos e São Martinho - o processo de formação das terras só encontre expressão documental já em pleno século XII. Igualmente um pouco mais tardio, parece ter sido um novo momento na evolução deste processo, com a formação de novas e mais pequenas terras resultantes da sub divisão das que foram criadas originalmente à custa do *territorio Anegia*. Um bom exemplo dessa evolução terá sido testemunhado pelo vale do Sousa, com a criação da terra de Lousada (*Mem.*, n.º 37, de 1147), ocupando o espaço que medeia entre os rios Sousa e Mezio, quando no século XI toda a margem direita do rio faria parte da terra de Aguiar.

Praticamente todos os castelos “cabeça-de-terra”

estão já identificados e não deixa de ser relevante que estas fortalezas não correspondam aos redutos defensivos de carácter local que constam dos diplomas mais antigos. Os novos castelos obedecem a critérios diferentes dos anteriores e desempenham funções distintas, quer do ponto de vista militar e administrativo, quer no contexto social e económico que lhes dá sentido.

Sinal expressivo da ascensão social das famílias de infanções por contraposição às poderosas famílias condaís, os castelos cabeça-de-terra - que compõem aquilo a que chamamos a segunda grande vaga de força do processo de encastelamento do curso terminal do Douro – já não vão procurar tanto as póvoas e a proximidade dos primitivos núcleos habitacionais (cuja defesa os velhos *mons* referidos nos diplomas dos séculos IX e X procuravam assegurar). Procuram essencialmente as vias – em especial as de importância trans-regional – cujo tráfego procuram controlar.

É neste contexto e com este sentido que vemos surgir, em meados do século XI, os dois grandes castelos do vale do Sousa, cada um deles capitaneando uma das terras que se estrutura em cada uma das margens deste importante rio: o castelo de Aguiar de Sousa (Fig. 1), na margem direita, e o de Penafiel de Canas, na margem esquerda.

Ambos devem ter tido vida longa, e apesar de ainda nenhum deles ter sido objecto de intervenção arqueológica prolongada, quando esta acontecer certamente irá revelar que estes castelos sobreviveram o tempo necessário para não terem ficado à margem das grandes inovações que o românico viria a introduzir na arquitectura militar.

Certo é que as suas características e a sua localização fazem todo o sentido neste novo contexto. E quando os cronistas monásticos do século XII se reportam aos acontecimentos a que não assistiram, ocorridos nos séculos IX e X, são estes os castelos que existem e que eles conhecem.

4. Entre dois momentos: o vale do Sousa durante as campanhas de Almansor em território hoje português (981 – 1000)

Já noutra local sugerimos que se fossem buscar as raízes da transição entre os dois modelos de organização do território expostos nos capítulos anteriores, a factos e



Figura 1. Castelo de Aguiar de Sousa (Aguiar de Sousa, Paredes)

processos bem anteriores às campanhas de Fernando o Magno, nas décadas de 50 e 60 do século XI.

Sem que seja este o local apropriado para debater com profundidade essa questão, cumpre-nos salientar o profundo (e significativo) vazio documental de que padece toda esta região do Douro terminal (e, em concreto, também o vale do Sousa), desde as campanhas de Almansor, nos finais do primeiro milénio, até aos finais dos anos 30 do século XI.

Sem desmerecer a importância do castelo de Aguiar de Sousa – a qual acabamos de realçar, mas num contexto histórico e cronológico diferente -, sempre nos intrigou o profundo silêncio das fontes documentais relativamente ao eventual protagonismo de *Anegia* no quadro das campanhas de Almansor, sabendo nós que a fronteira ocidental do território da velha *civitas* do Douro – mais concretamente o castelo de Aguiar de Sousa – teria sido eleita o alvo principal de uma das duas únicas campanhas que levaram Almansor a assolar esta região. Tudo isto fazendo fé numa célebre passagem da *Chronica Gothorum*, que nos relata o seguinte:

“*Era MXXXIII [A.D. 995] sepe [cepit] Almansor castellum de Aquilar quod est in ripa de Sausa provincia portucalensi*” (PMH, *Script.*, p.9)

Esta referência histórica, inserida numa crónica datada do século XII, mas reportando-se, neste caso

concreto, a um acontecimento ocorrido nos finais do século X, levanta-nos várias interrogações. E das respostas a essas interrogações depende a efectiva importância estratégica que o vale do Sousa poderá ter tido na “Reconquista”. Vejamos por isso as questões, e procuremos as respostas mais adequadas.

Apesar de os territórios como o de *Anegia* sempre terem sido interpretados como circunscritos de carácter eminentemente militar e de, nessa acepção, terem como suposta função a de criarem uma “zona-tampão” destinada a sustentar eventuais investidas muçulmanas, a verdade é que ainda o século IX não havia terminado e já a fronteira

entre territórios reconquistados pelas forças afectas à monarquia asturiana e os dominados pelas forças muçulmanas andaria muito longe da área de *Anegia*.

Com efeito, a consideração, em conjunto, da localização geográfica das presúrias realizadas em nome de Afonso III; dos castelos da Beira que se sabe estarem na posse das forças cristãs no século X; e dos testemunhos de arquitectura militar muçulmana presentes a Leste do rio Côa, levou Mário Barroca (2004:184) a situar a linha de fronteira de então entre forças cristãs e muçulmanas no vale do rio Mondego, desde a sua foz até alcançar o Côa, seguindo depois pelo curso deste último até ao Douro (Fig. 2).

Apesar de haver notícias que nos revelam que nunca o vale do Douro – pelo menos na sua margem Sul - esteve completamente a salvo de razias muçulmanas, como aquela que terá acontecido em 975 na zona de Arouca e que nos é relatada por um diploma de 1091 (PMH, DC 746), esta linha de fronteira, criada cerca de 880 e mantida relativamente estável durante cerca de um século, é confirmada pelos alvos das oito campanhas levadas a cabo por Almansor em território actualmente português, entre 981 e o ano 1000.

Tomando por base a descrição anónima do Al-Andaluz traduzida e estudada por Luís Molina (*Dikr Bilad Al-Andalus*, editado por Molina, 1983) essas campanhas foram as seguintes:

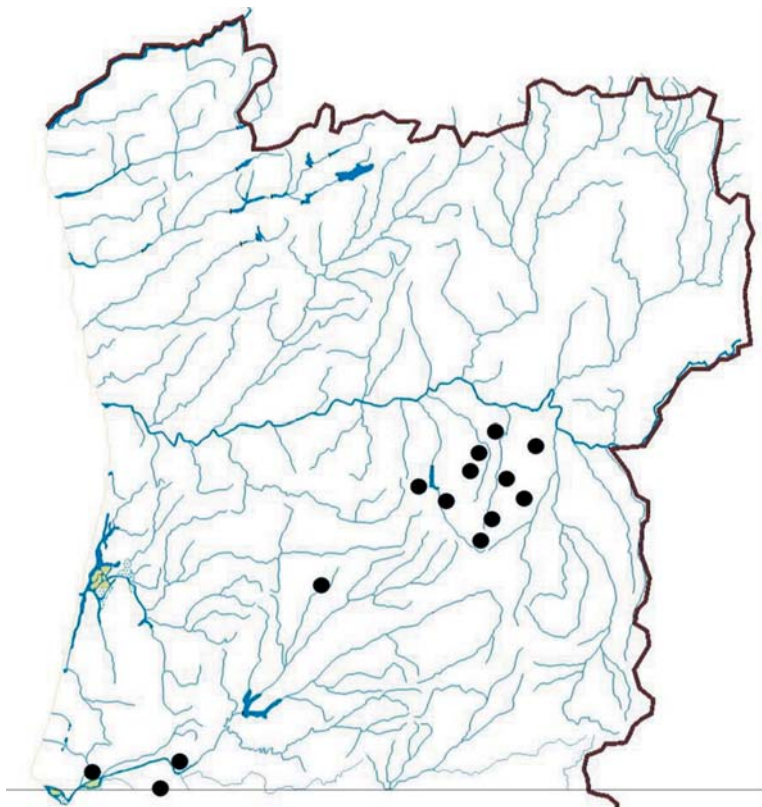


Figura 2. Castelos de fronteira na posse das forças cristãs (c.880 – c.980)

- 15ª - Trancoso e [Viseu ?] – Outubro / Novembro de 981
- 26ª - Condeixa e Coimbra – Setembro / Outubro de 986
- 27ª - Coimbra – Março / Abril de 987
- 28ª - Coimbra – Junho de 987
- 35ª - Montemor-o-Velho – Dezembro de 990
- 46ª - Aguiar – Finais de 995
- 48ª - Santiago de Compostela – Julho a Outubro de 997
- 53ª – Montemor-o-Velho – 1000

Desta simples listagem resultam várias constatações importantes para o tema que nos ocupa.

A campanha de 981 visa retomar o controlo da fronteira Leste, enquanto que as quatro seguintes, contra Coimbra, Condeixa e Montemor, visam a fronteira Sul.

A 48ª, a mais célebre de todas, que levou à conquista e destruição de Santiago, visou objectivos bem conhecidos, enquanto que a 53ª, a do ano 1000 contra Montemor, só revela alguma instabilidade latente na “linha da frente”, no vale do Mondego.

Restam dois problemas: por um lado, encontrar uma razão de ser para a campanha de Aguiar, em finais de 995, quando nunca essa zona constituiu, como vimos, uma linha de fronteira, nem parece haver razão bastante, do ponto de vista da importância intrínseca de Aguiar de Sousa, para que esta fortaleza fosse alvo de uma campanha específica. E por outro lado, localizar, no contexto das campanhas conhecidas, a conquista dos castelos da zona de Lamego / Serra de Montemuro, os quais sabemos terem sido tomados por Almansor.

4.1. Porquê Aguiar de Sousa?

Enunciadas as restantes, centremos agora a nossa atenção nas 46ª e 48ª campanhas, respectivamente em 995 e 997.

À falta de melhor explicação, sempre interpretámos a campanha que teria levado à conquista de Aguiar de Sousa como uma acção preparatória para a importante campanha de Santiago, dois

anos mais tarde.

Sem reconhecer o estabelecimento de uma nova linha de fronteira no vale do Sousa, e sem reconhecer no seu castelo de Aguiar uma importância tal que o tornasse num alvo específico para Almansor fazer propositadamente algumas centenas de quilómetros, restou-nos ver na conquista de Aguiar, como vimos situado na fronteira entre os *territoria* de *Anegia* e de *Portucale*, uma espécie de primeira abordagem ao litoral e à zona de *Portucale*, onde sabemos que Almansor viria a reunir forças para atacar Santiago dois anos mais tarde. Tratar-se-ia pois de uma conquista meramente estratégica, de uma fortaleza situada sobre uma via natural de acesso ao litoral. No entanto, esta interpretação esbarra em vários obstáculos.

O castelo de Aguiar que é alvo da campanha de 995 parece constituir o alvo final dessa campanha. À semelhança das restantes campanhas, as fontes árabes que aqui seguimos enunciam normalmente o destino final das campanhas, muitas vezes ignorando importantes fortalezas que terão sido tomadas no percurso intermédio de cada uma delas. Mais uma vez, nos pa-

rece uma importância desmesurada, face à localização, em sítio inóspito, do castelo de Aguiar de Sousa. Acresce que o percurso por Aguiar, para aceder ao litoral e a *Portucale*, está longe de ser o ideal, havendo, mesmo para os finais do século X, várias alternativas melhores a considerar para o transporte de toda a logística material e humana que uma campanha destas exigiria.

Por outro lado, sempre nos intrigou o profundo silêncio a que todas as fontes árabes votaram todo o restante território da *civitas Anegia*, e em especial a própria *civitas*, dando a entender que nunca esta zona teria sido alvo de acções específicas de guerra. Caso contrário haveria referência à tomada de *Anegia*, ou, pelo menos, à sua reconquista, mais tarde, pelas forças cristãs. Todas estas circunstâncias se tornam ainda mais intrigantes pelo facto de o vale do Sousa ser, nessa época, eleito local privilegiado de refúgio para quem pretendia, precisamente, fugir das investidas de Almansor (PMH, DC 169 = LTPS 132, de 994).

Finalmente, e ainda no âmbito do primeiro dos problemas atrás enunciados, deve realçar-se que nunca as fontes árabes se referem explicitamente a Aguiar de Sousa. Os únicos a fazê-lo são os cronistas monásticos no século XII, que o fazem de uma forma curiosa: não mencionam o castelo de Aguiar de Sousa, mas sim o castelo de Aguiar “que fica junto ao Sousa”, deixando claro que a explicitação sobre o local onde se situava o castelo de Aguiar era uma espécie de “nota do redactor”.

A crónica árabe que temos vindo a seguir, na sua edição por Luís Molina, infelizmente apresenta algumas dificuldades de leitura. O próprio editor, numa primeira publicação que fez de uma síntese desta importante fonte histórica, não se atreve a ler mais do que o topónimo Aguiar:

“A 46ª [campanha], a de [...] e de *Aqilâr*, em que [Almansor] conquistou a cidade de [...] matando vinte mil cristãos e apresando cinquenta mil” (Molina, 1981).

Dois anos mais tarde, aquando da publicação integral do texto árabe e respectiva tradução, Luís Molina já nos dá uma redacção algo diferente e mais completa desta mesma passagem:

“A 46ª [campanha], a da Galiza e Aguiar, em que [Almansor] conquistou a cidade de Aguiar, matando vinte mil cristãos e apresando cinquenta mil” (Molina, 1983).

Estas duas versões do mesmo texto suscitam várias questões: nenhuma se refere explicitamente a Sousa; ambas se referem a Aguiar como o destino final da campanha; só a versão mais completa, a segunda, se refere ao topónimo “Galiza” e só aí se associa a conquista de uma “cidade” a Aguiar, o que ainda complica mais todo o problema.

Só uma nova leitura do texto original, ou eventualmente a leitura da outra versão do mesmo texto que ainda se encontra por editar, poderá esclarecer estas dúvidas. Infelizmente, isso não está ao nosso alcance. Mas não podemos deixar de sugerir, meramente a título de hipótese de trabalho, que o epíteto de “cidade” não se refira a Aguiar, mas antes a Lamego, ou, eventualmente, Viseu, cidade a que os árabes chamavam frequentemente “*madinat Galicia*”.

Embora careça de confirmação, esta hipótese ajudaria a explicar várias coisas: a referência à Galiza (que neste caso, corresponderia à sua capital de então, Viseu), a referência a uma cidade (que poderia ser também Viseu), e ainda o considerável número de mortos e prisioneiros, mais aceitável (mesmo com os naturais exageros dos cronistas árabes) para uma campanha que incluísse importantes núcleos populacionais como Viseu e/ou Lamego do que para uma outra que se dirigisse especificamente a uma zona de povoamento tão raro como a de Aguiar de Sousa, cujo castelo não se encontra sequer perto de uma cidade.

Mais importante ainda, esta hipótese remete-nos para o segundo dos problemas a que nos referíamos no início deste capítulo:

4.2. Quando foram conquistados por Almansor os castelos da zona de Lamego e Montemuro?

Sabemos que, quer Viseu, quer Lamego, já estavam na posse das forças de Almansor quando este se envolveu, em 997, na mais célebre das suas campanhas: a que levou à conquista e destruição de Santiago de Compostela.

É conhecido que Viseu serviu de escala nos preparativos para o assalto a Compostela. É também do nosso conhecimento que Almansor dispôs do apoio de vários condes portugalenses, sem necessidade de conquistar as respectivas fortalezas, tendo reunido forças na zona da foz do Douro antes de se aventurar rumo a Santiago. E sabemos ainda que no regresso da sua vito-



Figura 3. Castelo de Aguiar, também chamado “Castelo Velho” (Ramires, Cinfães – Serra de Montemuro)

riosa campanha, rumou à fortaleza de Lamego, onde se despediu dos condes que o apoiaram, partilhando com eles os despojos da sua vitória (PEA, II, 256 e ss).

Não há qualquer crónica ou documentação avulsa que situe cronologicamente a conquista de Lamego por Almansor, sendo que esta importante fortaleza já estava em sua posse no regresso da campanha de 997. Só restam, para isso, duas alternativas: ou a sua conquista sucedeu antes – o que nos remete para a campanha dita “de Aguiar”, em 995 – ou sucedeu na ida para Compostela – o que estranhamente não é referido por nenhuma fonte.

Acresce que, pelas campanhas de Fernando o Magno na década de 50 do século XI, sabemos que toda a região do Montemuro estava em poder das forças muçulmanas, o que só poderia ter acontecido por acção de Almansor. Daí a necessidade daquele rei reconquistar pela força castelos como os de Lamego e São Martinho de Mouros, respectivamente em 1057 e 1058 (Barroca, 2004:193).

Difícilmente todas estas conquistas teriam sido conseguidas por Almansor só na sua caminhada rumo a Santiago: tomar Viseu, depois Lamego, todos os castelos do Montemuro incluindo São Martinho de Mouros, chegar a *Portucale* e ao castelo da Maia onde se reúnem apoios, rumar a Compostela e regressar a Lamego onde partilha os seus despojos, tudo isto en-

tre Julho e Outubro de 997, parece demasiado, mesmo para alguém que tem a fama de “Almansor”, e mesmo contando com o apoio de muitos condes portucalenses que nisso viram vantagem.

Parece bem mais credível que tivesse havido uma campanha especificamente dirigida ao Douro Sul, incluindo os castelos de Lamego e São Martinho de Mouros. E essa campanha só pode ter sido a de 995, o que nos remete, mais uma vez, para o facto de só os cronistas monásticos do século XII – para quem estes factos já estavam muito distantes no tempo e no espaço – nos identificarem o castelo de Aguiar to-

mado em 995 como sendo o de Sousa.

Se efectivamente a campanha de 995 se dirigiu ao Montemuro, bem mais provável será que o castelo de Aguiar então tomado se situe nessa região.

Ora, é precisamente na fronteira do *território Anegia* – que, já vimos, se estenderia até ao profundíssimo e encaixado vale do Bestança, no alto da serra de Montemuro - que se situa um imponente castelo, a mais de 1100 metros de altitude, por nós identificado em 1993, a que ainda hoje alguns habitantes de Vale de Papas, na freguesia de Ramires (Cinfães) chamam “Castelo de Aguiar” (Fig. 3).

Se dúvidas houvesse sobre a denominação deste castelo, poderíamos recorrer ao texto das inquirições afonsinas de 1258, as quais, ao descreverem os limites da *villa* da Gralheira, no Montemuro, aludem a esta fortificação:

“*villa de Galeyra cum totis suis terminis sicut dividit per rivulum de Cabruu per aquam et vadit ad fontem de Teyxeira ad penedo de Cambo, et de inde venit per cume de Varzena Benefacta ad fontem de Episcopo de Ameygoadas et vadit ad castellum de Aquilar et ferit in cruce et per carreirum antiquum et ferit in termino de Ovadas et in Cabruu est tota regalenga*”

(Inquirições de D. Afonso III – PMH, Inq., 984)

Este texto não só confirma a designação do castelo, como o situa junto a uma importantíssima via – já então chamada *carreirum antiquum* – que rumava do alto da serra em direcção a Castro Daire e depois Viseu. Via esta que bem poderia ter sido a usada por Almansor no seu vitorioso percurso.

Daí Almansor não deverá ter passado – não só por causa do rigor do Inverno. A travessia do agreste e profundo vale do Bestança exigiria uma campanha muito mais prolongada. Ou em alternativa, o avanço para a margem Norte do Douro, o que também poria problemas acrescidos às suas forças. E não consta que importantes castelos situados na margem ocidental do Bestança – como os castelos de São Salvador e de Sanfins – tenham jamais sido tomados pelas forças muçulmanas (Fig. 4).

Neste contexto, assume particular interesse uma lenda que ainda hoje é contada nas imediações do castelo de Aguiar (o de Montemuro) dando conta de uma importante batalha entre mouros e cristãos que aí se terá desenrolado, em concreto numa zona denominada “Lagoa de D. João”, não longe da Gralheira, Vale de Papas e do “*castellum Aquilar*”.

A ter sido este o castelo tomado por Almansor em 995, e a confirmar-se que a ligação de Almansor ao castelo de Aguiar de Sousa é um equívoco com mais de 800 anos de idade, o castelo de Aguiar do Montemuro não se deve ter referido da conquista e destruição.

De tal forma assim terá sido que veio a merecer a designação local de “Castelo Velho”, por contra-posição a um outro castelo, o de “Alrete” que do velho não dista mais de 900 metros em linha recta. E já nem Fernando o Magno necessitou de reconquistar este

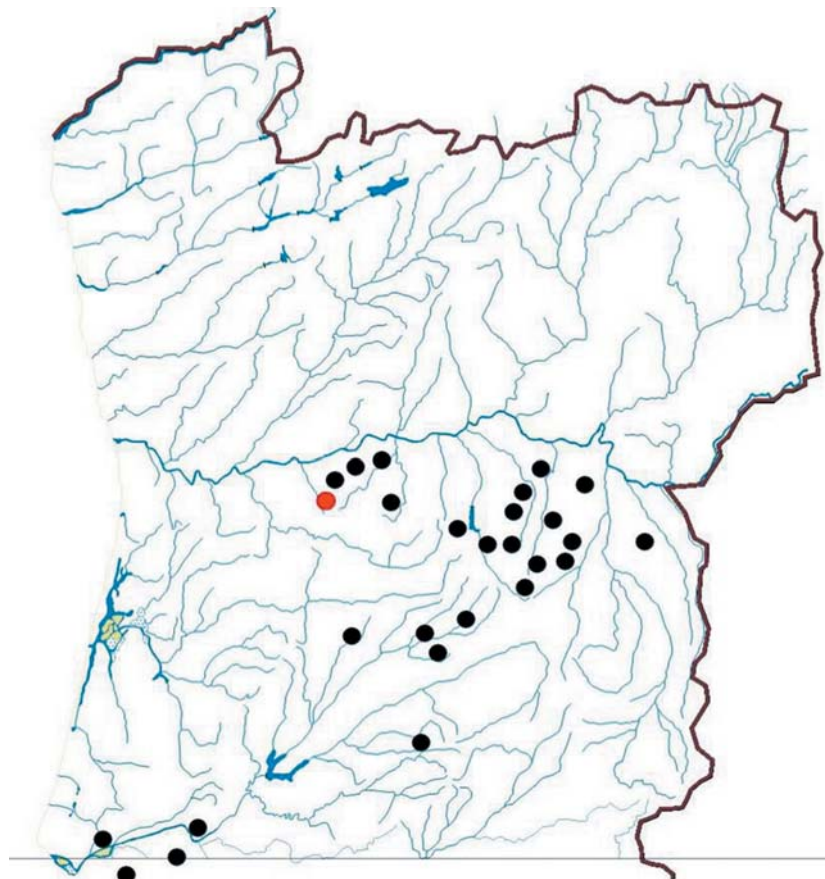


Figura 4. Castelos de fronteira na posse das forças muçulmanas após as campanhas de Almansor (c. do ano 1000). A vermelho, o castelo de Aguiar, na Serra de Montemuro.

castelo na campanha que aqui desenvolveu século e meio mais tarde.

Sem ter a ousadia de pretender ver definitivamente esclarecido este problema, julgamos estarem lançadas bases credíveis – do ponto de vista documental e também arqueológico – para questionar o efectivo papel desempenhado pelo vale do Sousa na “Reconquista”.

Não para desvalorizar esse papel – bem pelo contrário, assim o vimos no contexto dos dois grandes momentos de organização administrativa e militar do curso terminal do Douro – mas para o situar no seu devido contexto histórico e cronológico, retirando-lhe apenas o protagonismo que nunca terá tido, a não ser na memória dos monges que outro Aguiar não conheceram.

Bibliografia

Fontes Documentais

LTPS - *Livro dos Testamentos de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e José J. Rigaud de Sousa, Bracara Augusta, XXIV (57 – 58), Braga, 1970.

MA - Coelho, Maria Helena da Cruz – *O Mosteiro de Arouca. Do Século X ao Século XIII*, 2ª ed., Arouca, Câm. Municipal e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988.

Mem - Meireles, Frei António da Assunção – *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa e Index dos Documentos do Arquivo*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942.

PEA - *Portugal na Espanha Árabe*, ed. de António Borges Coelho, 4 vols., Lisboa, Seara Nova, 1972 – 1975.

PMH, DC - *Portugaliae Monumenta Historica, Diploma et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867 e ss.

PMH, Inq. - *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Lisboa, Academia das Ciências, 1888 e ss.

PMH, Script. - *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856 e ss.

Estudos

ALMEIDA, C.A.F. (1980) - Os Castelos de Aguiar de Sousa e de Vandoma (Baltar), *O Concelho de Paredes. Boletim Municipal* (III). Paredes: Câmara Municipal, p.15-17.

BARROCA, M.J. (2004) - Fortificações e Povoamento do Norte de Portugal (Séculos IX a XI). *Portugalia*, Nova Série. XXV. Porto. p.81-203.

BARROCA, M.J.; SANTOS, M.J.A. (2006) - O Candil Califal de Pedrartil (Croca, Penafiel), *Al-Ándalus. Espaço de Mudança. Balanço de 25 Anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen. Seminário Internacional*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, p. 310-317.

LIMA, A.M.C. (1993) - *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séculos IX – XII)*, 3 vol. Porto: Faculdade de Letras do Porto.

LIMA, A.M.C. (1999) - O Território Anegia e a Organização Administrativa e Militar do Curso Terminal do Douro. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*, vol. 2. Porto: Faculdade de Letras do Porto, p.399-413.

MOLINA, L. (1981) - Las Campañas de Almanzor a la Luz de un Nuevo Texto, *Al-Qantara – Revista de Estudios Árabes* (II), (1-2). Madrid, p.209-263.

MOLINA, L. (ed.) (1983) - *Una Descripción Anónima de Al-Andalus (Dikr bilad Al-Andalus)*. 2 vol. Madrid. CSIC/Instituto Miguel Asín.